



MINISTÉRIO DA DEFESA  
 SECRETARIA-GERAL - SG  
 CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM  
 DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
 COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS  
 SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco K - Brasília/DF, CEP: 70610-200  
 Telefone: (61)3214-0268

PROJETO BÁSICO Nº 19/ 2023 - CODEGEP

**1. OBJETO**

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de capacitação para aquisição de 13 (treze) vagas no "XX SBSR 2023 - Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto", na modalidade presencial, na cidade de Florianópolis-SC.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MÓDULOS	CATMAT OU CATSER	UN.	QTD.	VALOR ESTIMADO	
						UNITÁRIO	TOTAL
1	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de capacitação para aquisição de 13(treze) vagas no "XX SBSR 2023 - Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto" , na modalidade presencial.	Inscrição no simpósio Profissional Não Sócio Selper: Apresentador de trabalho	17663	01	03	R\$ 1.134,00	R\$ 3.402,00
		Inscrição no simpósio Profissional Não Sócio Selper:			10	R\$ 1.674,00	R\$ 16.740,00
		Inscrição no minicurso, Profissional não Sócio Selper			13	R\$ 414,00	R\$ 5.382,00
CUSTO TOTAL GERAL ESTIMADO							R\$ 25.524,00

**2. OBJETIVO**

2.1. A capacitação dos servidores está regulamentada no Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal.

2.2. Cabe à Coordenação de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas - CODEGEP estabelecer as ações pertinentes à Capacitação dos Servidores e Militares do CENSIPAM, por meio do Plano de Desenvolvimento de Pessoas, visando a atualização e a melhoria da eficiência do serviço público e o enriquecimento intelectual desses servidores no desempenho de suas atividades.

2.3. A contratação do "XX SBSR 2023 - Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto", visa atender as necessidades da Diretoria de Produtos, Coordenação Geral de Operações e a Coordenação Geral de Inteligência.

2.4. Sobre o assunto, informo que o simpósio ora demandado não é ofertado pela Escola Nacional de Administração Pública - (ENAP), no momento, (6034200), com a temática requerida.

2.5. Por intermédio dos e-mails (6022008, 6022019 e 6076206), as chefias confirmam a necessidade da capacitação, fazendo juntar prospecto informativo do curso, conforme documento em anexo (6020351).

**3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

<b>Evento de Capacitação</b>	"XX SBSR 2023 - Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto"
<b>Período previsto</b>	02/04/2023 a 05/04/2023
<b>Horários</b>	Modalidade presencial. 8:00h às 18:00h
<b>Carga Horária</b>	32 horas - 30 sessões temáticas e 10 minicursos
<b>Objetivo</b>	Tem como objetivo congrega a comunidade técnico-científica, empresarial e usuários de maneira geral das áreas de Sensoriamento Remoto, Geoinformática e de suas aplicações para a apresentação de trabalhos e debates sobre as pesquisas, desenvolvimento tecnológico, ensino e a política científica realizados no país e no mundo nos últimos dois anos.
<b>Público Alvo</b>	O público alvo inclui pesquisadores, professores, profissionais do setor público e privado, estudantes do Brasil e de outros países, empresas do setor de aplicações e desenvolvimento tecnológico das diversas áreas, incluindo recursos minerais, agronegócio, meio ambiente e recursos hídricos, assim como também autoridades governamentais e tomadores de decisão dos setores envolvidos.
<b>Conteúdo</b>	<p style="text-align: center;"><b>Eixos Temáticos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Análise de séries temporais de imagens de satélite</li> <li>Aquacultura</li> <li>Áreas úmidas</li> <li>Biodiversidade e Conservação</li> <li>Cartografia e fotogrametria</li> <li>Classificação e mineração de dados</li> <li>Degradação de florestas</li> <li>Educação</li> <li>Floresta e outros tipos de vegetação</li> <li>Geologia</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Geomorfologia</li> <li>• Geoprocessamento e aplicações</li> <li>• Hidrologia</li> <li>• Inteligência Artificial para Observação da Terra</li> <li>• LIDAR: sensores e aplicações</li> <li>• Mapeamento Colaborativo</li> <li>• Meteorologia e climatologia</li> <li>• Modelagem espacial</li> <li>• Monitoramento e modelagem ambiental</li> <li>• Mudança de uso e cobertura da Terra</li> <li>• Mudanças climáticas</li> <li>• Oceanografia</li> <li>• Poluição</li> <li>• Processamento de imagens</li> <li>• Produção e previsão agrícola</li> <li>• Queimadas e Incêndios Florestais</li> <li>• Saúde</li> <li>• Sensoriamento remoto de águas interiores</li> <li>• Sensoriamento remoto de microondas</li> <li>• Sensoriamento remoto hiperespectral</li> <li>• Sistemas de coleta de dados e telemetria</li> <li>• Sistemas marinhos</li> <li>• Sistemas marinhos costeiros</li> <li>• Sistemas sensores: projeto, calibração e avaliação</li> <li>• Sistemas, gerenciamento e política de dados</li> <li>• Solos e umidade do solo</li> <li>• Sustentabilidade e Meio Ambiente</li> <li>• Urbanização</li> <li>• Uso e qualidade da água</li> <li>• VANTs, videografia e alta resolução</li> <li>• Serviços e tecnologias espaciais</li> </ul>
<b>Instrucional</b>	Coordenadores e palestrantes utilizarão a estrutura do Centro de Convenções de Florianópolis – Centro Sul
<b>Ambiente</b>	Todas as atividades do XX SBSR serão realizadas no Centro de Convenções de Florianópolis – CentroSul, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.
<b>Acesso ao Conteúdo</b>	Cada participante terá direito a assistir na modalidade presencial 01 minicurso, a todas sessões temáticas, sessões especiais, sessões técnicas orais, sessões de pôsteres e showcase.
<b>Metodologia</b>	A Coordenação do Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto (SBSR) realizará em 2023 o SBSR em formato presencial, que oferecerá um conteúdo técnico-científico de alto nível como os tradicionais SBSRs.
<b>RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DOS MINICURSOS</b>	
Os minicursos serão realizados no dia 2 de abril de 2023 – domingo – das 8:00 às 18:00.	
<b>Minicurso 01: Introdução ao Processamento de dados SAR utilizando SNAP</b>	<b>Coordenador:</b> Dr. Fábio Furlan Gama (INPE) <b>Instrutores:</b> Dr. Fábio Furlan Gama (INPE) e Dra. Juliana Maria Ferreira de Souza Diniz (INPE) <b>Idioma:</b> Português <b>Vagas:</b> 20 <b>Tipo:</b> Teórico e Prático
<b>Minicurso 06: Processamento, Análises e Visualização de dados Geoespaciais com R</b>	<b>Coordenador:</b> Dr. Claudinei Oliveira dos Santos (Lapig – UFG) <b>Instrutores:</b> Dr. Claudinei Oliveira dos Santos (Lapig – UFG) e Dra. Ana Paula Matos e Silva (Lapig – UFG) <b>Idioma:</b> Português <b>Vagas:</b> 20 <b>Tipo:</b> Teórico e Prático
<b>Minicurso 08: Cubos de Dados de Observação da Terra e Análise de Séries Temporais de Imagens</b>	<b>Coordenadora:</b> Dra. Karine Ferreira (INPE) <b>Instrutores:</b> Dr. Rennan de Freitas Bezerra Marujo (INPE) e M.Sc. Felipe Carvalho de Souza (INPE) <b>Idioma:</b> Português <b>Vagas:</b> 50 <b>Tipo:</b> Prático
<b>Minicurso 09: Processamento de imagens de drones em software de código aberto</b>	<b>Coordenador:</b> Dr. Guilherme Francisco Zucatelli (UFSC) <b>Instrutores:</b> Dr. Guilherme Francisco Zucatelli (UFSC) e Dr. José Mauricio de Camargo (UFSC) <b>Idioma:</b> Português <b>Vagas:</b> 40 <b>Tipo:</b> Teórico e Prático
<b>Minicurso 10: Sensoriamento remoto aplicado à agricultura incluindo fiscalização do crédito rural</b>	<b>Coordenadora:</b> Dra. Ieda Sanches (INPE) <b>Instrutores:</b> Dra. Ieda Sanches (INPE), Dr. Marcos Adami (INPE), Dr. Denis Corte Vieira (Newe Seguros) e M.Sc. Laiza Cavalcante (Newe Seguros) <b>Idioma:</b> Português <b>Vagas:</b> 50 <b>Tipo:</b> Teórico
<b>Minicurso 11: Agregando conhecimento sobre calendários agrícolas e big data Sentinel-2/MSI para monitoramento agrícola</b>	<b>Coordenador:</b> Dr. Michel Eustáquio Dantas Chaves (INPE) <b>Instrutores:</b> Dr. Michel Eustáquio Dantas Chaves (INPE) e Dr. José Guilherme Fronza (The Nature Conservancy) <b>Idioma:</b> Português <b>Vagas:</b> 30 <b>Tipo:</b> Teórico e Prático
<b>Minicurso 12: Aplicação de Métodos Estatísticos Espaciais para Análise de Dados Geográficos</b>	<b>Coordenador:</b> Dr. Eduardo Celso Gerbi Camargo (INPE) <b>Instrutores:</b> Dr. Eduardo Celso Gerbi Camargo (INPE) e Dr. Carlos Alberto Felgueiras (INPE) <b>Idioma:</b> Português <b>Vagas:</b> 20 <b>Tipo:</b> Teórico e Prático
<b>Minicurso 13: Introdução ao Google Earth Engine: O melhor Possível em 8 horas</b>	<b>Coordenador:</b> Dr. Cesar Guerreiro Diniz (Solved) <b>Instrutores:</b> Dr. Cesar Guerreiro Diniz (Solved) e Dr. Luiz Cortinhas Ferreira Neto (Solved) <b>Idioma:</b> Português

	<b>Vagas:</b> 50 <b>Tipo:</b> Teórico e Prático
<b>Minicurso 14: Estimativa por sensoriamento remoto de características fotossintéticas da vegetação nas escalas foliar e de dossel via coeficiente de absorção obtido da refletância</b>	<b>Coordenador:</b> Dr. Fabio M. Breunig (UFSM) <b>Instrutor:</b> Dr. Anatoly A Gitelson (University of Nebraska – Lincoln) <b>Idioma:</b> Inglês <b>Vagas:</b> 30 <b>Tipo:</b> Teórico
<b>Minicurso 15: Redes neurais artificiais e sensoriamento remoto para modelagem e mapeamentos de desastres hidrológicos</b>	<b>Coordenador:</b> Dr. Guilherme Garcia de Oliveira (UFRGS) <b>Instrutor/Instructor:</b> Dr. Guilherme Garcia de Oliveira (UFRGS) <b>Idioma:</b> Português <b>Vagas:</b> 20 <b>Tipo:</b> Teórico e Prático
<b>Minicurso 16: Monitoramento da qualidade de águas interiores por sensoriamento remoto: Princípios e aplicações</b>	<b>Coordenador:</b> Dr. Lino Augusto Sander de Carvalho (UFRJ) <b>Instrutores:</b> Dr. Claudio Clemente Faria Barbosa (INPE) e Dr. Daniel Andrade Maciel (INPE) <b>Idioma:</b> Português <b>Vagas:</b> 20 <b>Tipo:</b> Teórico e Prático

3.1. A vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2023 e inicia-se com a assinatura do Termo Substitutivo de Contrato, sendo este improrrogável, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### 4. PÚBLICO ALVO

4.1. O treinamento destina-se aos servidores relacionados abaixo:

Nome	CPF	SETOR
Thiago Bortoleto Rodrigues	***.992.498-**	CGINT
Ulisses Silva Guimarães	***.599.502-**	CGINT
Bruno Campos de Souza	***.288.606-**	CGINT
Sandro Sales de Oliveira	***.698.452-**	COPER/MN
Marcelo Parise	***.610.790-**	COPER/MN
Ricardo de Andrade Shinkai	***.609.902-**	COPER/BE
Tadeu Correa Pinheiro	***.507.197-**	COAMAZUL
Flavio Augusto Altieri dos Santos	***.269.482-**	COPER/BE
Daniela Ramos Guimarães de Faria	***.772.897-**	COPER/PV
Elisama da Silva Pinto Oliveira	***.554.282-**	COPER/PV
Hélcio Vieira Junior	***.431.948-**	DIOPE
Raimundo Lopes Camargos Filho	***.393.757-**	CGINT
Leila Maria Garcia Fonseca	***.365.636-**	CGINT

4.2. Ressalta-se que por força da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), as informações dos servidores não poderão, em nenhuma hipótese e sob nenhuma circunstância, ser alterados, tratados, transmitidos, repassados, disponibilizados, cedidos, vendidos, emprestados, divulgados e/ou de qualquer outra forma levados a conhecimento de terceiros.

#### 5. CRITÉRIO DE CONTROLES E REGISTROS A SEREM ADOTADOS

5.1. Os certificados de participação em cada evento, serão entregues mediante comprovação de presença.

5.2. A Contratada irá disponibilizar a emissão dos certificados aos participantes; e

5.3. Caberá ao Núcleo de Contratos (NUCONT) encaminhar a Nota de Empenho à empresa contratada, quando essa for emitida.

#### 6. VERIFICAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1. Os resultados serão averiguados mediante:

6.1.1. Análise da ficha de avaliação a ser preenchida pelos participantes; e

6.1.2. Atuação dos participantes em seus respectivos ambientes de trabalho.

#### 7. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

7.1. O simpósio será realizado pela empresa Associação SELPER BRASIL, responsável também pelo recebimento das inscrições em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, CNPJ nº 61.873.469/0001-20, com valor individual do minicurso para cada participante será de R\$ 414,00 (quatrocentos e quatorze reais), totalizando R\$ 5.382,00 (cinco mil trezentos e oitenta e dois reais), valor para participante apresentador de trabalho R\$ 1.134,00 (um mil cento e trinta e quatro reais), totalizando R\$ 3.402,00 (três mil quatrocentos e dois reais), valor para participante Profissional não sócio R\$ 1.674,00 (um mil seiscentos e setenta e quatro reais), totalizando R\$ 16.740,00, totalizando o custo para a participação dos servidores em R\$ 25.524,00 (vinte e cinco mil quinhentos e vinte e quatro reais) (6076212).

7.2. Os critérios que definiram a escolha dessa empresa foram:

7.2.1. Pela Associação especializada em estudos e pesquisas no campo de sensoriamento remoto, geotecnologias, cartografia, geodésia, fotogrametria e áreas afins, abrangendo as fases de aquisição, tratamento, análise e interpretação dos dados; vem atuando em diversas capitais, promovendo simpósios, seminários, conferencia, etc., ministrados por profissionais qualificados, pesquisadores, cientistas, conferencistas e professores especializados em diversas áreas temáticas;

- 7.2.2. Com um profundo conhecimento do mercado, somado à capacitação multidisciplinar; visando atender com excelência e qualidade às expectativas de seus clientes. E são reconhecidos por sua atuação ética, transparente e íntegra;
- 7.2.3. Também com excelentes profissionais trabalhando em conjunto para oferecer: elevado padrão de qualidade; profissionalismo orientado pela ética; comprometimento com os resultados do cliente; confiança nas relações de trabalho; inovação e abertura para mudanças.
- 7.2.4. Além de desenvolver a estratégia da organização e zelar pelo seu sucesso empresarial, compromete-se com a ética, transparência, independência e excelência técnica dos serviços prestados;
- 7.2.5. Ainda, por se verificar que o conteúdo programático disponibilizado na ementa dos cursos possui grande conformidade com as demandas do trabalho executado pelos servidores das áreas demandantes;
- 7.2.6. A SELPER é uma associação, de caráter técnico-científico, sem fins lucrativos, sendo regida através de Estatuto próprio;
- 7.2.7. Uma das atividades estatutárias da SELPER é promover e estimular o desenvolvimento, estudo e pesquisa no campo de sensoriamento remoto, geotecnologia, geoprocessamento e áreas afins, no sentido amplo, abrangendo as fases de aquisição, tratamento, análise e interpretação dos dados, bem como a respectiva divulgação das informações obtidas; e
- 7.2.8. Em razão da singularidade de seu campo de atuação, a SELPER atua como disseminadora dos conhecimentos das técnicas de sensoriamento remoto, geotecnologias e geoprocessamento. Para tanto, promove eventos, como seminários, workshops, simpósios, palestras e outras atividades afins, no intuito de incentivar a produção de trabalhos científicos afetos à sua área de atuação, bem como para reunir os especialistas do Brasil para interagirem entre si e também com estudantes e outros profissionais da área.
- 7.3. Ressalta que, a participação dos servidores no "XX SBSR 2023 - Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto", contribuirá para o aperfeiçoamento do conhecimento no campo de sensoriamento remoto, bem como o compartilhamento de experiências a serem apresentadas pela comunidade técnico-científica e os recentes desenvolvimentos e avanços tecnológicos da área.
- 7.4. Além disso, dentre os participantes, 3 (três) servidores submeteram seus artigos (5985645, 5985647 e 5985650) à Instituição detentora do referido Congresso e foram aceitos para apresentação oral no dia do evento.
- 7.5. Vale consignar que, conforme objeto do Processo 00688.000724/2019-90, por meio da Portaria GM-MD nº 2385, de 28 de maio de 2021, o CENSIPAM foi qualificado como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação - ICT, sendo a presente capacitação de extrema importância para o Órgão, sob o aspecto científico e acadêmico.
- 7.6. Em razão do alto gabarito dos palestrantes que irão ministrar o Simpósio (<https://2023.sbsr.com.br/minicursos/>):

**Dr. Fábio Furlan Gama** - Graduado em Engenharia Elétrica-Eletrônica pela Fundação Valeparaibana de Ensino (1986), mestrado em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e doutorado em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2007). Possui experiência na área de desenvolvimento de sistemas e em aplicações de radares SAR, utilizando interferometria e polarimetria, para aplicações em cartografia, deformação de superfície e inventário florestal.

**Dra. Juliana Maria Ferreira de Souza Diniz** - Doutoranda em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Mestre em Sensoriamento Remoto pelo INPE e graduação em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Lavras. Tem experiência na área de Recursos Florestais, Engenharia Florestal, Sistemas de Informações Geográficas e Sensoriamento Remoto, com ênfase em radares imageadores (SAR), aplicados à análise e mapeamento da vegetação.

**Dr. Claudinei Oliveira dos Santos** - Claudinei Oliveira dos Santos é Graduado em Ciências Biológicas (UNEMAT), Mestre em Ecologia e Conservação (UNEMAT), e Doutorando em Ciências Ambientais (UFG). Durante seu mestrado fez estágio na Leeds University (Leeds-UK), e durante posterior atuação profissional participou de curso no Max Planck Institute (Jena - Germany), adquirindo experiência em processamento e análises de dados, processos biofísicos, Ecologia de Ecossistemas, estrutura e dinâmica da vegetação. Tem conhecimento avançado em processamento de dados de sensoriamento remoto (BigData) utilizando linguagem de programação. Atualmente sua pesquisa está voltada a compreender a dinâmica e diversidade dos sistemas de produção adotados nas áreas de pastagens Brasileiras. Mais especificamente, tem pesquisado e desenvolvido métodos para mapear, classificar e monitorar a qualidade das pastagens a partir da integração de dados de sensoriamento remoto, modelagem ecossistêmicas e informações de disponibilidade de forragem e manejo da pastagem. Os avanços e resultados tem sido veiculados e discutidos em congressos científicos nacionais e internacionais.

**Dra. Ana Paula Matos e Silva** - Possui graduação em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de Goiás (2018) e Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2021). Atualmente, doutoranda em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de Goiás, com linha de pesquisa em Conservação, Desenvolvimento e Sociedade, pesquisadora e coordenadora do grupo de Interpretação Visual e Validação do Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento (Lapig-UFG) e integrante do projeto MapBiomass.

**Dr. Rennan de Freitas Bezerra Marujo** - Atualmente trabalha com desenvolvimento de Software e Sensoriamento Remoto no Projeto Brazil Data Cube do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) por meio da Fundação de apoio para projetos de pesquisa de ciência e tecnologia espacial (FUNCATE). Possui Doutorado em Computação Aplicada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) - 2019. Possui Mestre em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) - 2016. Possui Bacharelado em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) -2013. Atua em projetos de pesquisa e desenvolvimento relacionados à Processamento Digital de Imagens, Sensoriamento Remoto, Machine Learning e Geotecnologias.

**M.Sc. Felipe Carvalho de Souza** - Possui graduação em Matemática pela Universidade Federal Fluminense (2015) e especialização em Metodologia no ensino de Matemática e Física pelo Centro Universitário Internacional (2017). Atualmente é Professor de Ensino Médio da Santa Mônica Centro Educacional, Professor Ensino Fundamental II e Médio da Sistema Educacional Momento e Professor Ensino Fundamental II e Médio da Sistema Elite Rio. Tem experiência na área de Matemática.

**Dr. Guilherme Francisco Zucattelli** - Mestre em Gestão Territorial pela Universidade Federal de Santa Catarina, pós-graduado em Gestão Empresarial. Engenheiro civil e funcionário do quadro efetivo da UFSC, lotado no DPAA (Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia).

**Dr. José Mauricio de Camargo** - Graduação em Geografia, bacharelado e licenciatura, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Gerenciamento Costeiro pela Universidad de Cádiz, Espanha. Doutor em Geografia pela UFSC (Programa de Formação de Recursos Humanos da Petrobrás, PFRH-PB 240/UFSC) e participante do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior na University of Wollongong, Australia (CAPES). Técnico em Agrimensura pelo Instituto Federal de Santa Catarina e Técnico em Processamento de Dados/Informática pelo Colégio Adélia Camargo. Participou do Programa de Mobilidade Escala Estudantil AUGM para estudantes de graduação na Universidad Nacional del Litoral, Santa Fé, Argentina (2007). Pesquisa de doutorado premiada pelo comitê científico do International Coastal Symposium 2016, Austrália (The PhD Presentation Awards). Atuação profissional em empresas de consultoria e engenharia ambiental (processos de licenciamento, monitoramentos, cartografia/geoprocessamento) e em projetos técnico-científicos. Foi consultor/pesquisador na ONU-CEPAL em projeto sobre a projeção de mudanças climáticas para a gestão de riscos costeiros. Docência em ensino fundamental, médio, superior, pós-graduação e treinamentos institucionais.

**Dra. Ieda Sanches** - Pesquisadora - Divisão de Observação da Terra e Geoinformática (DIOTG) da Coordenação-Geral de Ciência da Terra (CGCT) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Pró-Reitora da Pós-Graduação (desde julho 2021), Coordenadora Substituta da Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE) (desde janeiro 2021), Chefe da Divisão de Pós-graduação (DIPGR) (desde setembro 2020), e docente permanente da Pós-graduação em Sensoriamento Remoto (PGSER) (desde 2015). Foi Coordenadora da PGSER entre julho de 2017 e julho de 2021. Tem experiência na área de Sensoriamento Remoto, atuando principalmente nos seguintes temas: sensoriamento remoto agrícola, estatísticas agrícolas, mudança de uso da terra e sensoriamento remoto hiperespectral. Fez pós-doutorado no Instituto de Geociências (IG) da Unicamp (2014). Doutora em Earth Science pelo New Zealand Centre for Precision Agriculture (NZCPA), Massey University, Nova Zelândia (2009). Mestre em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2004). Graduada em Engenharia Agrônoma pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ/ USP (1999).

**Dr. Marcos Adami** - Pesquisador titular do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cornélio Procopio (1997), mestrado e doutorado em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2003 e 2010). Possui experiência em sistemas de informação geográfica e sensoriamento remoto com ênfase nos seguintes temas: análise de séries temporais, mudança de uso da terra, amostragem e estatísticas agrícolas.

**Dr. Denis Corte Vieira** - Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas (2014). Durante a graduação atuou como bolsista e colaborador na área de Bioquímica, com ênfase em Bioquímica de Plantas, principalmente nos seguintes temas: metabolismo vegetal sob condições de estresse hídrico, fixação simbiótica de N<sub>2</sub> e assimilação e transporte de nitrogênio. Nesse período também atuou como colaborador na área de Geociências, principalmente nos seguintes temas: Sensoriamento Remoto, Sistemas de Informação Geográfica, mapeamento de cultivos agrícolas a partir de imagens orbitais de média e moderada resolução espacial. Atuou com assistência técnica e consultoria nas áreas de Agronomia e Gestão Ambiental na região de São Lourenço do Sul. É mestre em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2017-2019). Atualmente é Analista Pleno na Audsat - Gestão e Monitoramento de Riscos.

**M.Sc. Laiza Cavalcante** - Bacharel em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) com menção honrosa. Mestre em Engenharia Agrícola (UNIOESTE) na linha de pesquisa em Geoprocessamento, Estatística Espacial e Agricultura de Precisão. Desenvolve pesquisas na área de geoprocessamento e sensoriamento remoto, voltadas para o mapeamento e estimativa de culturas agrícolas, monitoramento fenológico, agricultura de precisão e aplicações de Veículos Aéreos Não-Tripulados (VANTS) para agricultura. Integra os grupos de pesquisa em Geoestatística Aplicada (GGEA), o Núcleo de Geotecnologias e Ciência de dados (GeoScience) e o Laboratório de Estatística Aplicada (LEA) na UNIOESTE.

**Dr. Michel Eustáquio Dantas Chaves** - Bacharel em Geografia, pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Especialista em Planejamento e Gestão de Áreas Naturais Protegidas, pelo Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTE-MG), Mestre e Doutor em Engenharia Agrícola, pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Possui experiência em sensoriamento remoto aplicado a temáticas agrárias e ambientais. Foi estagiário na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA - Unidade CNPTIA, atual EMBRAPA Agricultura Digital), e trabalhou no mapeamento dos remanescentes de vegetação nativa do Brasil para o Cadastro Ambiental Rural (CAR), parceria entre a UFLA, o Ministério do Meio Ambiente e o Serviço Florestal Brasileiro. Atualmente, é pesquisador de pós-doutorado na Divisão de Observação da Terra e Geoinformática do Instituto Nacional

de Pesquisas Espaciais (INPE), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), e trabalha com a aplicação de técnicas de sensoriamento remoto e análise de séries temporais de observação da Terra para a caracterização espectral de culturas agrícolas e fitofisionomias do bioma Cerrado, com foco no monitoramento agrícola. É colaborador no Projeto Brazil Data Cube, no Agricultural Remote Sensing Lab (AgriRS Lab) e no Geoinformatics and Big Data Science Lab (GeoBIDS).

**Dr. José Guilherme Fronza** - Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012). Mestre em Sensoriamento Remoto pelo INPE (2017). Atua como geógrafo na área ambiental e como analista de geoprocessamento/sensoriamento remoto. Interesses: Transformação digital, drones, coleta de dados, correções radiométricas e geométricas de dados orbitais, Sensoriamento Remoto, análise espacial, R e Python.

**Dr. Eduardo Celso Gerbi Camargo** - Possui graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade do Vale do Paraíba (1984), Mestrado (1997) e Doutorado (2007) em Sensoriamento Remoto / Geoprocessamento pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE. Atualmente é Tecnologista Senior III do INPE. Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Sistema de Informação Geográfica.

**Dr. Carlos Alberto Felgueiras** - Possui Graduação em Engenharia Elétrica Modalidade Automação pela Universidade Estadual de Campinas (1981), Mestrado em Computação Aplicada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (1987) e Doutorado em Computação Aplicada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (1999). Atualmente é Tecnologista Senior do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Engenharia de Software, atuando principalmente nos seguintes temas: Sistemas de Informação Geográfica, Geoestatística, Ferramentas de Geoestatística, krigeagem e simulação, para representação de atributos geográficos.

**Dr. Cesar Guerreiro Diniz** - Possui graduação em Oceanografia pela Universidade Federal do Pará (2009), mestrado em Geologia e Geoquímica pela Universidade Federal do Pará (2011) e doutorado em Geologia e Geoquímica pela Universidade Federal do Pará (2021). Sócio Fundador da empresa Solved - Soluções em Geoinformação, tem experiência em no uso de sensores orbitais para o monitoramento das mudanças de uso e cobertura da superfície terrestre. Atuando principalmente nos seguintes temas: detecção de mudanças em zonas costeiras, monitoramento de desmatamento em florestas tropicais e no uso de computação aplicada as geociências.

**Dr. Luiz Cortinhas Ferreira Neto** - Bacharel em Engenharia de Computação pelo IESAM-PA (2015). Mestre em Computação Aplicada com ênfase em inteligência computacional pelo PPGEE-UFPA (2017). Aluno de Doutorado PPGEE-UFPA(2019), desenvolve pesquisa na temática de inteligência computacional aplicada, utilizando Machine Learning para caracterização das mudanças de uso e cobertura da terra na Amazônia brasileira. Possui experiência no desenvolvimento de aplicações no domínio das geotecnologias, computação de alto desempenho baseada em CUDA, otimização de processos computacionais, descoberta de padrões e aprendizado de máquina.

**Dr. Guilherme Garcia de Oliveira** - Possui graduação em Geografia (Licenciatura em 2006 e Bacharelado em 2007), é Mestre em Sensoriamento Remoto (2010) e Doutor em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (2014), formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi professor da Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES) no período entre 2013 e 2017, vinculado ao curso de Engenharia Ambiental e ao Programa de Pós-graduação em Sistemas Ambientais Sustentáveis. Atualmente, é professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vinculado ao Departamento Interdisciplinar, no Campus Litoral Norte. É professor permanente e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sensoriamento Remoto (PPGSR-UFRGS), atuando como professor, orientador e pesquisador no Centro Estadual de Pesquisas em Sensoriamento Remoto e Meteorologia (CEPSRM-UFRGS). Atua em projetos de pesquisa relacionados à modelagem, especialização e previsão de eventos extremos hidrometeorológicos e desastres naturais, e em projetos relacionados ao desenvolvimento e aplicação de geotecnologias e modelagem espacial em áreas do conhecimento como geomorfologia, recursos hídricos, hidrologia, climatologia e meio ambiente.

**Dr. Claudio Clemente Faria Barbosa** - Graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade do Vale do Paraíba, mestre e doutor em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2005). Atualmente é tecnologista do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e docente do programa de Pós-graduação em Sensoriamento Remoto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais desde 2009. É coordenador do LabISA (Laboratório de Instrumentação de Sistemas Aquáticos) do INPE. Líder de grupo de pesquisa no CNPq. Tem experiência na área de Computação e Geociência, com ênfase em Sistemas de Informação geográfica e Sensoriamento Remoto, atuando principalmente no desenvolvimento de aplicações destas tecnologias em ecossistemas aquáticos. Participa de pesquisas, desenvolvendo modelos de funcionamento das áreas alagáveis Amazônicas utilizando sensoriamento remoto e dados in situ. As principais áreas de atuação são: sensoriamento remoto, geoprocessamento, modelagem ambiental e ótica hidrológica.

**Dr. Daniel Andrade Maciel** - Engenheiro Ambiental e Sanitarista formado pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Foi bolsista de Iniciação Científica FAPEMIG na Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG). Possui mestrado em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e atualmente é aluno de doutorado em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Tem experiência na área de sensoriamento remoto voltado ao estudo de águas interiores e ambientes cafeeiros, trabalhando principalmente nos seguintes temas: Bio-óptica aquática, algoritmos de estimativa de parâmetros de qualidade da água por sensoriamento remoto, correção atmosférica e abordagens multi-sensores.

(Fonte de pesquisa dos currículos: escavador)

7.7. Atribuições regimentais conforme Portaria Normativa nº 12, de 14 de fevereiro de 2019, publicada no DOU nº 39, de 25 de fevereiro de 2019, que aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, a seguir:

Servidor	Cargo/função	Atribuições
Thiago Bortoleto Rodrigues Ulisses Silva Guimarães Bruno Campos de Souza Leila Maria Garcia Fonseca Raimundo Lopes Camargos Filho	- Analista C&T	<b>Atribuições da Coordenação - Geral de Inteligência (CGINT)</b>  I- propor diretrizes, planejar, coordenar e implementar ações relativas à atividade de inteligência e de operações de campo no âmbito do Censipam; I - obter dados e avaliar situações que venham impedir ou dificultar a conquista e a manutenção dos objetivos estabelecidos para o Censipam; II - supervisionar a inclusão de dados de interesse da inteligência no banco de dados; IV - propor, orientar, coordenar e avaliar os procedimentos da segurança orgânica no âmbito das unidades organizacionais do Censipam; e V - aprovar projetos básicos, termos de referência e estudos técnicos preliminares da contratação no âmbito de sua área de competência.
	- Analista C&T	
	- Assessor	
	- Assessora	
	- Coordenador-Geral	
Tadeu Correa Pinheiro	- Coordenador	<b>Atribuições da Coordenação - Geral de Operações (CGOPE)</b>
		I- coordenar e avaliar a execução das atividades operacionais e de gestão, afetas ao monitoramento sistemático do uso e cobertura, da meteorologia, do clima e da hidrologia; I - supervisionar a elaboração e a execução de projetos, contratos, cooperações, trabalhos de campo e divulgação de produtos e serviços; II - realizar a coordenação e gestão de fluxos, processos, produtos e serviços executados pelas COTER, SETAM e COPER/SEOPE; IV - consolidar as atividades de capacitação, de participação em eventos e de pesquisa e desenvolvimento, de trabalhos de campo, no âmbito de sua área de competência, e encaminhá-las ao Diretor de Produtos; V - consolidar as necessidades orçamentarias de projetos, programas e atividades, no âmbito de sua área de competência, e envia-las ao Diretor de Produtos; VI - supervisionar a elaboração e a fiscalização de contratos administrativos e cooperações institucionais, no âmbito de sua área de competência; VII - consolidar as necessidades de dados coletados por sensores e estações de superfície, aeroembarcados, geoestacionários e orbitais, demandadas pelas coordenações e setores operacionais e encaminhá-las para o NUOBT; VIII - submeter ao Diretor de Produtos projetos básicos, termos de referência e estudos técnicos preliminares da contratação, no âmbito de sua área de competência; e IX - elaborar relatórios de execução de metas físicas e orçamentárias, no âmbito de sua área de competência, e encaminhá-los ao Diretor de Produtos.
Sandro Sales de Oliveira		<b>Atribuições Coordenação Operacional dos Centros Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho</b>
Marcelo Parise		

Ricardo de Andrade Shinkai		I- coordenar e executar as atividades de produção meteorológica, climática, hidrológica, ambiental e territorial, conforme orientação da CGOPE; II - coordenar as atividades de gestão e divulgação dos produtos e serviços; III - executar a gestão e controle de usabilidade dos terminais de comunicação por satélite; IV - executar o tratamento, análise e interpretação de dados de sensoriamento remoto de observação da terra, Ótico e radar, orbital e aéreo; V - executar o tratamento, análise, interpretação e distribuição de dados para aplicação cartográfica, temática, ambiental e territorial; VI - executar o tratamento, análise e interpretação de dados ambientais e territoriais disponibilizados pelos parceiros e pelo NUOBT; VII - executar o tratamento, análise, interpretação de dados meteorológicos, climáticos e atmosféricos; VIII - subsidiar a CGOPE, via COTER e SETAM, com as necessidades de capacitação, pesquisa e desenvolvimento, participação em eventos, trabalhos de campo e gestão de contratos e de cooperações; IX - subsidiar o NUOBT com as necessidades de coleta de dados de sensores de superfície, aerotransportados e satelitais; X - compartimentar a análise, interpretação e geração de produtos de inteligência, cujos dados são coletados por sensores de superfície, aerotransportados e satelitais e de aplicação restrita; XI - encaminhar para COTER e SETAM projetos básicos, termos de referência e estudos técnicos preliminares da contratação, no âmbito de sua área de competência; e XII - elaborar relatórios de execução de metas físicas e orçamentárias, no âmbito de sua área de competência, e encaminha-los a CGOPE, via COTER e SETAM.
Flavio Augusto Altieri dos Santos	- Assessor	
Daniela Ramos Guimarães de Faria	- Analista C&T	
Elisama da Silva Pinto Oliveira	- Analista C&T	
	- Analista C&T	
	- Assessora	
	- Assessora	
Hélcio Vieira Junior	- Diretor Operacional	<b>Atribuições da Diretoria de Produtos</b>  I - dirigir o planejamento, a coordenação e execução das atividades de aquisição, coleta, processamento, análise, visualização e disseminação de dados, imagens e informações ambientais e territoriais; II - dirigir o planejamento e coordenação da utilização da infraestrutura tecnológica de aplicação operacional e a proposição dos produtos decorrentes; III - propor ao Diretor-Geral diretrizes, normas e regulamentos referentes as unidades organizacionais do Censipam no âmbito da área operacional para: a) fornecimento de informações operacionais; b) aquisição, coleta, processamento, análise, visualização e disseminação de dados, imagens e informações ambientais relativos aos eventos da natureza e territoriais; e c) planejamento, normatização e avaliação de projetos e atividades operacionais; IV - elaborar relatórios e pareceres sobre a execução e os resultados alcançados pelos programas e projetos afetos a sua área de atuação, anualmente ou quando solicitados pelo Diretor-Geral; e V - aprovar projetos básicos, termos de referencia e estudos tecnicos preliminares da contratação no âmbito de sua área de competência.

7.8. Determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 74, inciso III, que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 74 do mesmo diploma legal, dentre os quais se observa o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

7.9. Com relação à contratação direta fundamentada no art. 74, inc. III, da nova Lei de Licitações, leciona Marçal Justen Filho que é necessária a presença cumulativa dos três requisitos: serviço técnico profissional especializado, existência de um objeto singular e sujeito titular de notória especialização. Este entendimento está, inclusive, alinhado à Súmula nº 252 do TCU: “A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133, de 2021, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 74 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado”.

7.10. Estando presentes na situação em concreto os requisitos da singularidade do objeto e a notória especialização do profissional, será regular a contratação por inexigibilidade, com fundamento no art. 74, inciso III, ainda que existam no mercado diversos profissionais ou empresas detentores de notória especialização. Isso porque, nessa hipótese não se faz necessário que a empresa ou profissional sejam únicos no mercado, mas precisam reunir algumas particularidades, especialidades que os diferenciam dos demais prestadores de serviços. A inexigibilidade decorre não da exclusividade do prestador do serviço, mas sim da sua complexidade e da impossibilidade de comparação objetiva entre os especialistas, daí porque pode a entidade, mediante justificativa fundamentada, optar pelo profissional que melhor atenda à sua necessidade.

7.11. Sob outro viés, mas também reconhecendo a inviabilidade de competição, Antônio Carlos Cintra do Amaral aduz que:

"A Administração não pode realizar licitação para treinamento, porque os profissionais ou empresas são incomparáveis. Não há, portanto, viabilidade de competição. A adoção do tipo de licitação de 'menor preço' conduz, na maioria dos casos, à obtenção de qualidade inadequada. A de 'melhor técnica' e a de 'técnica e preço' são inviáveis, porque não se pode cogitar, no caso, de apresentação de proposta técnica. A proposta técnica seria, a rigor, o programa e a metodologia, de pouca ou nenhuma diferenciação. O êxito do treinamento depende, basicamente, dos instrutores ou docentes. Que são incomparáveis, singulares, o que torna inviável a competição."

7.12. Ademais, nessa esteira foi o posicionamento externado pelo Tribunal de Contas da União:

"Ou seja, a realidade brasileira hoje vivencia que mesmo nos cursos que já atingiram certa padronização, a atuação do instrutor ainda faz diferença, afetando os bons resultados almejados no treinamento. Esse fato está estreitamente relacionado com as deficiências observadas na elaboração de manuais padronizados de ensino no Brasil. A aplicação da lei deve ser compatível com a real idade em que está inserida, só assim o direito atinge seus fins de assegurar a justiça e a equidade social. Nesse sentido, defendo o posicionamento de que a inexigibilidade de licitação, na atual realidade brasileira, estende-se a todos os cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoa, fato que pode e deve evoluir no ritmo das mudanças que certamente ocorrerão no mercado, com o aperfeiçoamento das técnicas de elaboração de manuais padronizados de ensino. Essa evolução deve ser acompanhada tanto pelos gestores como pelos órgãos de controle, no âmbito de suas atuações. Assim, desponta, a meu ver, com clareza que a inexigibilidade de licitação para contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, na atualidade, é regra geral, sendo a licitação exceção que deve ser averiguada caso a caso pelo administrador. Destarte, partilho do entendimento esboçado pelo Ministro Carlos Átila no sentido do reconhecimento de que há necessidade de assegurar ao Administrador ampla margem de discricionariedade para escolher e contratar professores ou instrutores. Discricionariedade essa que deve aliar a necessidade administrativa à qualidade perseguida, nunca a simples vontade do administrador. Pois, as contratações devem ser, mais do que nunca, bem lastreadas, pois não haverá como imputar à legislação, a culpa pelo insucesso das ações de treinamento do órgão sob sua responsabilidade."

- 7.13. Igualmente pertinente às definições e o contorno deste tipo de contratação posto na Decisão nº 439, de 1998, do Plenário do Tribunal de Contas da União, onde consignou a extrema necessidade e importância do treinamento e aperfeiçoamento de servidores para a excelência do serviço público, e definiu como serviço singular todo aquele que verse sobre treinamento diferenciado em relação ao convencional ou rotineiro do mercado. Sugeriu que seriam singulares aqueles cursos desenvolvidos ou adaptados especificamente para o atendimento das necessidades do contratante ou voltados para as peculiaridades dos prováveis treinandos.
- 7.14. Vislumbra-se, portanto, o atendimento aos requisitos necessários à contratação direta por inexigibilidade com fundamento no art. 74, III, da Lei nº 14.133, de 2021:
- 7.14.1. Primeiramente, trata-se de serviço técnico especializado, dentre os mencionados no art. 74 da referida lei (treinamento e aperfeiçoamento de pessoal);
- 7.14.2. Em segundo lugar, as próprias características da capacitação, tais como carga-horária, conteúdo programático específico, complexidade do assunto, material de apoio oferecido, metodologia empregada no treinamento, instrutores, data de realização e disponibilidade de tempo do pessoal da administração para a participação no dia previsto para o curso, tudo isso acaba por configurar a natureza singular do objeto;
- 7.14.3. Dessa forma ensina o Professor Jacoby: “É também inexigível a licitação para a matrícula de servidor em curso oferecido por instituição privada de treinamento, porque esses eventos são realizados em períodos determinados, mostrando-se inviável a competição”. Neste caso, a oportunidade é ditada pela própria instituição. O curso é aberto a terceiros, no tempo certo, determinado.
- 7.15. Ponto também merecedor de menção é o atinente ao valor cobrado pela empresa para a realização deste evento. É necessária a comprovação de que o valor pedido pela contratada encontra-se em consonância com os valores normalmente pedidos pela mesma para serviços similares em outras instituições públicas.
- 7.16. No caso de contratação de curso por inexigibilidade de licitação, não se exige a coleta de preços entre vários possíveis executantes, uma vez que esse critério é inviável, já que os serviços de capacitação são subjetivos, sendo que cada empresa e profissional tem o seu preço para os serviços desempenhados. A questão é saber quanto determinada empresa cobra pelos seus trabalhos, do mesmo objeto, no mercado. Essa diligência poderá ser realizada, por exemplo, através da verificação de contratos iguais ou semelhantes firmados pela empresa com outras instituições. Por conta disso, é necessário que determinado órgão interessado comprove a consulta referida, em conformidade com a jurisprudência sobre o tema. Nesse sentido, veja-se o posicionamento do TCU:

*" No caso específico do treinamento de Servidores, acreditamos que o contratante deva certificar-se de que o preço seja compatível com o de outros contratos firmados no âmbito do próprio Órgão e da Administração em Geral, permitida a graduação em função da excelência do notório especialista contratado (TCU- Decisão nº 439, de 1998)."*

- 7.17. A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação pode ser aferida por meio da proposta apresentada com o preço a ser praticado pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, Orientação Normativa AGU nº 17, de 2009. Conforme destacado pela empresa, com valor individual do minicurso para cada participante será de R\$ 414,00 (quatrocentos e quatorze reais), totalizando R\$ 5.382,00 (cinco mil trezentos e oitenta e dois reais), valor para participante apresentador de trabalho R\$ 1.134,00 (um mil cento e trinta e quatro reais), totalizando R\$ 3.402,00 (três mil quatrocentos e dois reais), valor para participante Profissional não sócio R\$ 1.674,00 (um mil seiscentos e setenta e quatro reais), totalizando R\$ 16.740,00, totalizando o custo para a participação dos servidores em R\$ 25.524,00 (vinte e cinco mil quinhentos e vinte e quatro reais), conforme documento anexo (6076212), demonstrando assim sua publicidade e veracidade.
- 7.18. Para comprovação da razoabilidade do preço praticado pela empresa, e visando verificar contratos iguais ou semelhantes firmados pela empresa com outras instituições, faz-se juntar Notas fiscais e Nota de Empenho emitidas em favor da contratada (6033826).
- 7.19. Para sustentação da notoriedade e exclusividade da empresa, foi encaminhado declaração de exclusividade, demonstrando mais uma vez, sua notória especialização conforme documento anexo (6033826).
- 7.20. Relevante registrar que o art.23, inciso IV, § 4º da Lei nº 14.133, de 2021 determina a realização de pesquisa de preço no seguinte sentido:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

- 7.21. Sendo assim, com as informações apresentadas ficou demonstrado que, uma vez preenchidos os requisitos acima, não há possibilidade de contratação do evento com as mesmas características em Escolas de Governo - vide Catálogo de cursos (6034200), sendo possível à Administração realizar a contratação de empresa especializada em capacitação por intermédio de inexigibilidade de licitação, eis que os profissionais ou empresas são incomparáveis, inviabilizando a competição.
8. **DADOS BANCÁRIOS**

A empresa encaminhou os dados bancários para a realização do pagamento:

Banco Santander: 033  
Agencia: 2021  
Conta Corrente: 13002243-8

9. **IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

<b>Razão Social</b>	ASSOCIAÇÃO SELPER BRASIL
<b>CNPJ</b>	61.873.469/0001-20
<b>Endereço</b>	Av. Perseu, 421 Jardim Satélite São José dos Campos - CEP: 12230-470

10. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 10.1. Responsabiliza-se pelos recursos necessários para realização do curso;
- 10.2. Assumir inteira responsabilidade pela execução do serviço contratado, não podendo transferi-lo a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Contratante;
- 10.3. Fornecer os certificados aos participantes presentes nas atividades desse evento;



- 10.4. Zelar pela perfeita execução do serviço, objeto do Projeto Básico;
- 10.5. Realizar o treinamento com a máxima qualidade, primando pela pontualidade do evento, boa didática, apresentação de aulas dinâmicas e participativas;
- 10.6. Comunicar com 7 (sete) dias úteis de antecedência do início do Simposio, o cancelamento ou adiamento do mesmo; e
- 10.7. Manter durante a execução do serviço, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

#### 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Responsabiliza-se pela inscrição dos participantes;
- 11.2. Exercer a fiscalização do serviço;
- 11.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 11.4. Encaminhar a nota de empenho a Contratada, quando essa for emitida; e
- 11.5. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

#### 12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. Ademais conforme e-mail (6035794) a Coordenação de Orçamento e Finanças informa que existe disponibilidade orçamentária conforme a seguir:
  - a. Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional
  - b. Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia
  - c. Fonte: 1000
  - d. Plano Orçamentário (PO): 0005 - Capacitação de Recursos Humanos
  - e. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168633
  - f. Natureza da Despesa: 33.90.39.48 - Serviços de Seleção e Treinamento
  - g. Código do PTA/2023: 004/23 - Capacitação

#### 13. PAGAMENTO

- 13.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, uma vez que os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico;
- 13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 13.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 13.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
  - 13.4.1. o prazo de validade;
  - 13.4.2. a data da emissão;
  - 13.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 13.4.4. o período de prestação dos serviços;
  - 13.4.5. o valor a pagar; e
  - 13.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 13.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 13.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
  - 13.6.1. não produziu os resultados acordados;
  - 13.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.
- 13.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 13.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 13.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº. 5/2017, quando couber.

#### 14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. Comete infração administrativa nos termos do art.155 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2001, a CONTRATADA que:
  - 14.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - 14.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 14.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
  - 14.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - 14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - 14.1.6. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - 14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - 14.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)



- 14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 14.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 14.2.2. **Multa de:** 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior 15 (quinze) dias, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 14.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 14.3. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 14.4. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 14.5. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 14.5.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do CENSIPAM e com todas as unidades abarcadas pelo MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- 14.5.2. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 14.5.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Projeto Básico.
- 14.5.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 14.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:
- 14.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
- 14.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 14.9. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 14.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.11.1. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 14.11.2. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 14.11.3. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15. **ELEMENTOS CONSTITUTIVOS**
- 15.1. Encontra-se anexos ao Processo, os seguintes documentos:
- 15.1.1. Proposta (6076212);
- 15.1.2. Declaração de exclusividade (6033826);
- 15.1.3. E-mails com indicações de servidores (6022008, 6022019 e 6076206);
- 15.1.4. Declaração de que não emprega menores (6033826);
- 15.1.5. Termos de Compromisso Individual (6036101, 6036361, 6036413, 6036424, 6036447, 6036460, 6036509, 6036517, 6036526, 6036537, 6076401, 6076402 e 6076408);
- 15.1.6. Atas, Estatuto Social e CNPJ (6033826);
- 15.1.7. Notas Fiscais e Notas de Empenho emitidas por outras instituições em favor da empresa (6033826).
- 15.2. Diante do exposto, sugiro que a presente contratação seja amparada pelo inciso III, alínea F, do artigo 74, a saber:
- Art. 74 É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
- [...]
- III. contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
- [...]
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- 15.3. Quanto à necessidade de se cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF, a empresa ASSOCIAÇÃO SELPER BRASIL, encaminhou declaração onde atesta não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de dezesseis anos, de acordo com o disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto 4.358, de 2002 (6033826).
- 15.4. Em virtude dos princípios da economicidade e eficiência, a contratação direta com valor inferior ao limite previsto no artigo 75, incisos I e II da Lei nº 14.133, de 2021 não exige a publicação do ato de dispensa ou inexigibilidade, segundo a Orientação Normativa AGU nº 34, de 13 de dezembro de 2011. E, não menos importante, não será obrigatória a manifestação jurídica nas contratações fundadas no art. 74 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que seus valores subsumam-se aos limites previstos nos incisos I e II da Lei de Licitações, de acordo com a Orientação Normativa AGU nº 46, de 26 de fevereiro de 2014.

FABIANA NETTO GUERRA CAIXETA  
Integrante Técnico (6048404)

THIAGO DA SILVA CARNEIRO  
Integrante Administrativo (6048404)

Submeto o assunto à consideração do Senhor Diretor de Administração e Finanças, solicitando autorização para proceder à contratação pretendida.

ADRIANA FERREIRA GONÇALVES  
Coordenadora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

Declaro haver previsão de recursos orçamentários que asseguram o pagamento das obrigações, em conformidade com o art. 72, inciso IV e III, da Lei nº 14.133, de 2021.

EDUARDO SHIGERU MITANI  
Coordenador-Geral de Administração e Finanças  
Ordenador de Despesas

Aprovo o presente Projeto Básico, de acordo com o artigo 6º, inciso XX, da Lei nº 14.133, de 2021. Encaminhe-se à Coordenação de Licitações e Contratos para providências decorrentes.

SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN  
Diretor de Administração e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **Thiago da Silva Carneiro, Servidor(a) Público(a)**, em 22/03/2023, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Netto Guerra Caixeta, Servidor(a) Público(a)**, em 22/03/2023, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Ferreira Gonçalves, Coordenador(a)**, em 22/03/2023, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nathan Marinho Goldstein, Diretor(a)**, em 23/03/2023, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Shigeru Mitani, Ordenador de Despesas**, em 23/03/2023, às 18:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **6150667** e o código CRC **BB9FE6D4**.